

REFLEXÕES EDUCATIVAS SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR E A DEMOCRACIA: uma experiência em sala de aula.

Educational Reflections on Civil-Military Dictatorship and Democracy: a classroom experience.

Natália Centeno Rodrigues²⁶
Juliane Primon Conceição Serres²⁷

O projeto de ensino *Oficina Tecendo a Ronda da Memória e o Fortalecimento da Democracia* abordou a ditadura civil-militar (1964-1985) com o objetivo de sensibilizar educandos do ensino médio de uma escola em Bagé/RS sobre a importância da democracia e da Lei de Anistia. Metodologicamente, combinou teoria, debates e práticas, utilizando documentos das Comissões da Verdade do RS para promover reflexões críticas sobre o passado autoritário. Os educandos analisaram fontes históricas, identificaram resquícios autoritários e elaboraram uma intervenção artística no saguão da escola, com um varal sobre a transição democrática. Concluiu-se que a abordagem ética e participativa fortaleceu a cidadania ativa e a educação em direitos humanos.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar, ensino de história, educação participativa, redemocratização.

The Workshop Framing the Round of Memory and Strengthening Democracy teaching project addressed the civil-military dictatorship (1964-1985) with the aim of raising awareness among high school students at a school in Bagé/RS about the importance of democracy and the Amnesty Law. Methodologically, it combined theory, debates and practices, using documents from the RS Truth Commissions to promote critical reflections on the authoritarian past. The students analyzed historical sources, identified authoritarian remnants and created an artistic intervention in the school lobby, with a clothesline about the democratic transition. It was concluded that the ethical and participatory approach strengthened active citizenship and human rights education.

Keywords: Civil-military dictatorship, history teaching, participatory education, redemocratization.

²⁶ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPel). Mestra em Direito e Justiça Social (FURG). Bacharela em História e Direito (FURG). Licenciada em História (Unicesumar). Professora EBTB Substituta – História no IFSul Câmpus Bagé. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0821384173644618>. E-mail: naticcenteno@gmail.com

²⁷ Orientadora da pesquisa. Doutora em História (UNISSINOS). Mestre em Museologia (Universidad de Granada) e Mestra em História (UNISSINOS). Professora Adjunta na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Doutora em História. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2795821152828459>. E-mail: julianeserres@gmail.com.



Introdução:

Após seis décadas da ruptura democrática de 1964, o passado ditatorial brasileiro permanece um tema sensível, marcado por questões não resolvidas e cicatrizes no laço social. Abordar esse período exige do educador um tratamento ético que promova empatia e rejeição às violações de direitos humanos, reforçando o compromisso com a democracia. Trata-se de passados-presentes que continuam a impactar nossa sociedade, visto que ainda convivemos com os efeitos de uma justiça de transição “inconclusa”, na qual as reformas institucionais e o direito à justiça não foram plenamente efetivados para com a sociedade brasileira.

No ensino de história, esses temas devem ser abordados de maneira ética e moral, com o objetivo de gerar a compreensão sobre os eventos ocorridos, promovendo a empatia pelos que sofreram as violações de direitos e repúdio e aos atos cometidos no passado. É fundamental que os educandos compreendam as repercussões desses eventos no presente (QUADRAT, 2018), pois, como historiadores, temos um compromisso inalienável com a democracia (MATTOS, 2018).

O presente artigo busca apresentar as reflexões teóricas e práticas construídas por meio do projeto de ensino Oficina Tecendo a Ronda da Memória e o Fortalecimento da Democracia, que propôs discutir a ruptura democrática, a ditadura, a anistia e o processo de redemocratização. Essas reflexões foram construídas com base na leitura e análise de trechos de relatórios das Comissões da Verdade e outros documentos relacionados à transição política.

O texto está organizado em três partes: inicialmente, discutimos o papel do ensino de história na construção da memória coletiva e na formação de uma consciência crítica sobre o passado ditatorial, além de abordar as políticas de memória e sua relevância para a democracia. Em seguida, apresentamos a execução da Oficina Tecendo a Ronda da Memória e o Fortalecimento da Democracia, destacando a metodologia e o uso pedagógico dos relatórios da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (CEV/RS) e da Subcomissão de Cidadania e Direitos Humanos (SMVJ).



Por fim, concluímos com reflexões sobre os resultados da oficina, ressaltando sua contribuição para a valorização da democracia e a formação de educandos como cidadãos críticos e conscientes.

História Pública e a contextualização dos documentos utilizados:

Ricardo Santhiago (2020) destaca que a história pública no Brasil é mais impulsionada em um momento de retração dos investimentos, no qual os historiadores percebem o grande potencial político e como ela pode ser um modo de intervir na memória pública e começam a pensar o fortalecimento de cultura democrática. A história pública também possibilita pensarmos um conjunto de procedimentos que pode contribuir com modelos participativos de construção de saber e de intervenção objetiva em diferentes espaços públicos, incluindo inclusive na sala de aula (SANTHIAGO, 2020). Nesse sentido, que o projeto foi pensado.

A história pública não se limita a reflexões sobre o passado conectadas ao presente, nem à definição de um campo específico para o historiador. Contudo, exige do pesquisador ou professor múltiplos compromissos com a produção, interpretação e divulgação do conhecimento histórico, considerando o público e promovendo visões que situem as pessoas no tempo e as auxiliem a projetar o futuro (OLIVEIRA ROVAI, 2019).

Nesse sentido, é necessário descomemorar a ditadura civil-militar brasileira e entendê-la como um passado que deve ser problematizado e tensionado, pois a história é continuamente reescrita a partir do presente, utilizando vestígios do passado para entender melhor o cotidiano das ditaduras e suas dinâmicas de controle (PADRÓS, 2012; JELIN, 2017). Por isso, quando falamos de memória, falamos de presente, pois nos referimos ao modo como os sujeitos atribuem significados ao passado. O sentido do passado é definido no presente, na medida em que o passado é imutável; o que é se transforma são os significados, os sentidos dados a esse passado (MATE, 2011; JELIN, 2017).



Então, para pensarmos o passado recente brasileiro, é ético estabelecermos um elo intergeracional que conecte gerações não afetadas pelo terrorismo estatal às que vivenciaram um Estado repressivo – como o ditatorial brasileiro –, promovendo conhecimento e esclarecimento sobre esse passado. Isso evita a repetição e assegura justiça histórica, dando voz aos silenciados e criando um espaço de enunciação baseado nos direitos humanos, onde sujeitos históricos podem narrar e transmitir suas experiências traumáticas. Pois o,

conhecimento é a chave para a melhor compreensão do cotidiano das ditaduras, suas formas de controle, a ausência de proteção estatal, a conexão regional de segurança nacional, a participação de funcionários públicos e de estruturas estatais (que, em vez de proteger seus cidadãos, por motivações políticas os perseguiram) (...) O esclarecimento dos acontecimentos torna-se necessidade vital e funciona como ação a contrapelo diante de um dos objetivos estratégicos mais desejados pelos responsáveis e apoiadores das Ditaduras de Segurança Nacional: a desconexão entre as gerações que viveram sob o cotidiano dos regimes autoritários, e as que vieram depois. Tal desconexão se expressa, muitas vezes, no desconhecimento geral que essas novas gerações possuem sobre o passado recente, ou através de um precário e perturbador senso comum (PADRÓS, 2012, p. 69).

Nesse projeto, foram utilizados os relatórios produzidos pelas seguintes comissões: a Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul – criada pelo Decreto nº 49.380 de 2012 – e a Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, instalada em 11 de março de 2015, junto à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. É importante observarmos que essas comissões surgem em fluxo que teve como ponto de partida a Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei nº 12.528 de 2011. Esse processo de formulação de mecanismo estatais compõem o que Cristina Buarque de Hollanda denominou de “comissionismo brasileiro”, processo marcado pela criação de muitas comissões da verdade, estando essas vinculadas aos vários entes federados (União, estados e municípios) e a instâncias extra estatais, demonstrando que, no Brasil, o fenômeno das comissões foi mais capilarizado e não centralizado como ocorreu na maioria dos países.



“Esses passados vivos que se alimentam nos espaços mais íntimos e cotidianos estão prontos para vir à tona a qualquer momento” (OLIVEIRA ROVAI, 2019, p. 94). Os relatórios produzidos pelas comissões estatais são entendidos como testemunhos desse passado e elementos que fortalecem o direito à verdade e à memória, fundamentais em uma sociedade democrática. As comissões buscaram criar no Brasil narrativas públicas sobre os fatos ocorridos durante a ditadura e seus relatórios visam publicizar as informações e os depoimentos sobre passado autoritário, por isso seus relatórios foram os objetos analisados no projeto.

A execução do Projeto de Ensino:

Com base nisso, foi elaborado o projeto de ensino Oficina Tecendo a Ronda da Memória e o Fortalecimento da Democracia, direcionado aos estudantes do ensino médio em uma escola pública em Bagé, Rio Grande do Sul. O público do projeto consistiu em doze estudantes, entre 16 e 18 anos, de ambos os sexos. O objetivo consistiu em sensibilizar os educandos sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil e a importância da Lei de Anistia no processo de transição democrática, buscando promover a reflexão crítica sobre o passado autoritário, reforçando o direito à memória e à verdade e contribuindo para a educação em direitos humanos e o fortalecimento da democracia.

A metodologia de aplicação do projeto envolveu a realização de aula-oficina com uma turma que estudaria o conteúdo naquele semestre. Partindo das diferentes experiências prévias dos educandos, compartilhadas em sala, a oficina prosseguiu com a análise de documentos selecionados sobre o período. Utilizando uma metodologia que combinou teoria, debates e atividades práticas, o projeto promoveu uma reflexão crítica sobre o passado autoritário do país e suas implicações na construção da democracia atual. Para a realização do projeto foram usados trechos documentais dos relatórios da Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (CEV/RS, 2012-2014) e da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (2015), além de fotos, poemas e charges para serem analisados.



Assim, a execução do projeto de ensino demandou três momentos distintos que foram operacionalizados em seis encontros extraclasses: aula-oficina para sensibilização, a atividade prática que consistiu na construção do “Varal da Memória” e a discussão em grupo e avaliação.

A aula-oficina encontra suporte teórico nos conceitos de Paulo Freire e Isabel Barca (2004), cujas contribuições destacam uma educação crítica e dialógica. Para Freire, a educação problematizadora, baseada na dialogicidade, promove a libertação dos sujeitos, permitindo que reflitam criticamente sobre suas relações com o mundo. Ele enfatiza a importância da curiosidade no processo educativo, destacando que os educandos devem ser incentivados a questionar e construir uma compreensão crítica da realidade. Além disso, Freire aborda a historicidade humana, ressaltando que os indivíduos se constituem e reconstituem socialmente, sendo a educação um processo contínuo que reconhece a incompletude e o caráter inacabado do ser humano (FREIRE, 1987; 1996; 2018).

Nessa linha, Isabel Barca sugere que o ensino de história deve articular teoria e prática, compreendendo o conhecimento histórico como uma construção que não exclui o diálogo. Propõe a metodologia da aula-oficina, na qual o educador parte dos conhecimentos prévios dos educandos para organizar atividades problematizadoras. Essa abordagem se opõe a métodos tradicionais, como aulas expositivas, e busca dinamizar o ensino ao promover o protagonismo dos estudantes e integrar ferramentas associadas à pesquisa histórica (BARCA, 2004).

Assim, combinando essas perspectivas, a aula-oficina se configura como uma prática pedagógica que valoriza o diálogo, a construção coletiva do conhecimento e a formação crítica dos educandos. Essa proposta não apenas transforma o ensino de história em uma experiência mais participativa e reflexiva, mas também incentiva os sujeitos a compreenderem suas relações com a realidade histórica e social, permitindo-lhes projetar novas formas de pensar o futuro.



A atividade prática que consistiu na construção do “Varal da Memória” foi realizada em dois encontros, nos quais os educandos decidiram como seria a exposição e qual estrutura teria. O varal foi constituído pelos estudantes, levando em consideração suas percepções e entendimentos formulados com base na aula-oficina e os conhecimentos prévios. Assim, formularam uma explicação sobre a Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79) e o processo de transição democrática. Além disso, elaboraram um cartaz no qual deram destaque ao testemunho de Suzana Lisboa, viúva de Luiz Eurico Tereja Lisboa (Ico Lisboa), abordando a trajetória de Ico Lisboa, primeiro desaparecido político que teve seus restos mortais encontrados por familiares, pois durante a oficina completou quarenta e cinco anos da denúncia pública do encontro de sua ossada.

Imagem 1 – Confeccção dos materiais que compuseram o Varal, processo de confecção em sala de aula.





Fonte: própria autora (2024).

Para a montagem do varal, os estudantes buscaram uma intencionalidade e foram elaborando materiais com colagens, fotos, fragmentos de texto e imagens, compondo um caminho que ia da anistia até a democracia. Dessa forma, puderam entender o período ditatorial e processo de transição a partir de outras versões, agregando versões que nem sempre fazem parte do caleidoscópio da história. Os educandos montaram todo os painéis que compuseram o varal, além dos cartazes que contextualizaram a exposição.

Imagem 2 – Exposição Tecendo a ronda da memória e o fortalecimento da democracia, varal produzido pelos educandos no saguão de entrada da escola.



Fonte: própria autora (2024).



O momento final do projeto consistiu em uma conversa entre os educandos que realizaram as etapas anteriores. Nesse momento, foram tecidas reflexões sobre o processo e as mudanças de entendimento ocorridas ao longo das atividades. Destacou-se que, com o passar das semanas, a percepção dos educandos se modificou, à medida que foram conhecendo elementos e visões sobre o passado brasileiro com os quais não haviam tido contato anteriormente. Assim, foi formulada uma percepção sobre a importância da democracia, compreendendo-a como uma conquista da população brasileira e algo que deve ser valorizado e aperfeiçoado em nossa sociedade.

Reflexões conclusivas:

Como resultado, os educandos refletiram sobre as fontes históricas, as narrativas construídas sobre o passado ditatorial e as reminiscências autoritárias ainda presentes em nossa democracia. A oficina fomentou a consciência crítica, resgatando aspectos da memória coletiva e reforçando a importância da educação em direitos humanos para a preservação e o fortalecimento da democracia. Possibilitou o estabelecimento de um elo intergeracional, permitindo que os jovens compreendessem a relevância desse período da história recente do Brasil.

A análise dos relatórios e o estudo sobre o passado autoritário permitiram que os educandos tivessem acesso a um passado vivo, essencial para a construção de uma sociedade mais consciente e democrática. Os relatórios analisados construíram narrativas públicas sobre o passado ditatorial, baseadas na versão dos afetados pela repressão. Essa foi a visão apresentada educandos nas atividades. Eles constataram que o direito à memória e à verdade são peças fundamentais para uma sociedade que se pretende verdadeiramente democrática.

Cabe observar que os relatórios escolhidos para a análise não apresentam testemunhos dos agentes perpetradores de direitos humanos, como os coletados pela Comissão Nacional da Verdade. Em virtude disso, a postura mediadora da professora foi fundamental para lidar com as contemporizações realizadas pelos educandos, que trouxeram narrativas atuais que desvalorizam a resistência e legitimam o arbítrio estatal.



Ao educador compete confrontá-las e combatê-las historicamente, com bases em evidências historiográficas, enfraquecendo discursos que geram dor e reforçam às violações aos direitos humanos como algo natural. Marta de Oliveira Rovai (2019) destaca que é essencial que os educandos compreendam os riscos da banalização e manipulação da memória pública. Por isso, o contato com os relatórios compostos por testemunhos é importante. Já o educador, como mediador, deve analisar junto aos educandos, sob perspectiva histórica, as disputas por memória, considerando tanto suas contribuições quanto seus riscos.

Como resultado, os educandos refletiram sobre as fontes históricas, as narrativas construídas sobre o passado ditatorial e as reminiscências autoritárias ainda presentes em nossa democracia. A intervenção artística no saguão de entrada da escola apresentou um varal com imagens, textos e colagens sobre a transição democrática, valorizando a democracia com uma abordagem participativa voltada para a justiça e a cidadania ativa. O varal elaborado foi composto por imagens, fragmentos de texto e colagens, demonstrando o caminho percorrido desde a Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79) até a transição democrática.

O projeto fomentou a consciência crítica, resgatando aspectos da memória coletiva e reforçando a importância da educação em direitos humanos para a preservação e o fortalecimento da democracia. Possibilitou o estabelecimento de um elo intergeracional, permitindo que os jovens compreendessem a relevância desse período da história recente do Brasil.

Concluímos que a experiência teve saldo positivo, pois a atividade centralizou o processo nos educandos como produtores de conhecimento histórico e agentes capazes de promover reflexão social. Por fim, o projeto de ensino estimulou a valorização da democracia por meio de uma abordagem artística e participativa, alinhada aos princípios de justiça, direitos humanos e cidadania ativa.



Referências bibliográficas:

BARCA, Isabel. Aula-Oficina: do Projeto à Avaliação para uma educação de qualidade. Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica, Braga, CIED, Universidade do Minho, p. 131 –144, 2004.

FERNANDES, Letícia Oliver; SILVA, Matheus de Paula; CARVALHO NETO, Pedro José de. A história pública que queremos: entrevista com Ricardo Santhiago. Epígrafe, São Paulo, v. 8, n. 8, p. 283-331, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do compromisso**: América Latina e Educação Popular. Organização e notas de Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos Humanos e democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.33, n.96, 2018.

JELIN, Elizabeth. **La Lucha por el Passado**: Cómo construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história**: comentários às teses de Walter Benjamin "Sobre o conceito de história". Trad. Nélcio Schneider. São Leopoldo: Ed. Unisinos, RS, 2011.

MATTOS, Hebe. Deve a história pública se comprometer com a democracia? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (org.). **Que História Pública Queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 261-268.

OLIVEIRA ROVAI, Marta Gouveia De. Ensino de história e a história pública: os testemunhos da Comissão Nacional da Verdade em sala de aula. **Revista História Hoje** 8.15, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, p. 89-110, 2019. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/506/300>.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura Brasileira: Verdade, Memória e Justiça? *Historiae*. Rio Grande, 2012, p. 65-84.

QUADRAT, Samantha Viz. É possível uma história pública dos temas sensíveis no Brasil? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane (org.). **Que História Pública Queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 213-220.



Documentos:

Relatório Azul 2014 – Edição Especial – 50 anos do Golpe no Brasil. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, 54ª Legislatura, 2015.

Relatório Final da Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, 54ª Legislatura, 2017.